

REPORTE TRIMESTRAL

Informação a 31 de março de 2019

Enquadramento

O presente reporte acompanha, com uma periodicidade trimestral, o modelo de monitorização territorial, operacional e financeira dos instrumentos territoriais (ITI/PDCT, AIDUS/PEDU e DLBC) bem como de outras intervenções e investimentos com forte incidência territorial (por exemplo, PARU para os centros urbanos complementares) e do investimento municipal.

A dimensão de territorialização da aplicação dos fundos (PO Temáticos e Regionais) tem por base a localização das operações.

Este reporte integra-se nas atividades regulares da Unidade de Política Regional (UPR) da Agência para o Desenvolvimento e Coesão no âmbito das suas competências de acompanhamento, monitorização e avaliação das dinâmicas e políticas de desenvolvimento regional.

Notas:

i) A informação disponibilizada neste reporte provem do Sistema de Monitorização do Portugal 2020 sendo coerente com o Boletim Informativo dos fundos da UE da AD&C.

ii) Uma vez que uma operação pode ter incidência em mais do que um território, nos quadros em que se utiliza a designação *número de registos* está a considerar-se o número de incidências de uma operação num determinado território.

Metodologia

- ◆ A territorialização das operações tem por base a sua localização (incidência).
- ◆ Uma operação pode ter incidência territorial em mais do que um município, NUTS III ou NUTS II, pelo que o número de registos corresponde às incidências territoriais dessa operação.
- ◆ Os quadros dos instrumentos territoriais incorporam informação de 31.03.2019 relativa ao FEADER, disponibilizada pela Autoridade de Gestão do PDR 2020 (PDCT e DLBC Rural) e informação relativa ao FEAMP, disponibilizada pelo MAR 2020 (DLBC Costeiro).
- ◆ Os valores programados de PEDU e PARU no POR Centro e PARU no POR Algarve encontram-se atualizados com os dados constantes no Balcão 2020, refletindo os adicionais referentes à aplicação do acelerador do investimento municipal.

Análise Global

A 31 de março de 2019, os **PO Regionais** (Continente e Regiões Autónomas) contabilizavam um total de 22.336 operações aprovadas, correspondendo a um valor global de 6.053 M€ de fundo aprovado, 2.414 M€ de fundo executado e 2.536 M€ de pagamentos.

O FEDER enquadrou 18.460 operações, correspondendo a 5.173 M€ de fundo aprovado, 1.995 M€ de fundo executado e 2.086 M€ de pagamentos. O FSE enquadrou 3.876 operações, que correspondem a 880 M€ de fundo aprovado, 419 M€ de fundo executado e 450 M€ de pagamentos.

Os PO das Regiões Autónomas continuavam a registar uma taxa média de compromisso (82%) e de execução (47%) superior aos PO Regionais do Continente (62% e 22%, respetivamente) e ao PT2020 (78% e 35%).

No final do trimestre, todos os POR do Continente registavam taxas de compromisso igual ou superior a 60%, com a taxa mais alta a verificar-se no POR Lisboa (65%). As taxas de execução variavam entre 19% no POR Alentejo e 23% do POR Norte e POR Algarve.

O POR Alentejo foi o que observou uma evolução mais acentuada da taxa de compromisso no primeiro trimestre de 2019, com um aumento de 4,9 p.p. face ao trimestre anterior.

As taxas de execução têm um comportamento semelhante em todos os PO Regionais do Continente com evoluções que variaram entre 2,0 p.p. no POR Centro e 4,6 p.p. no POR Algarve. O PO da R.A. dos Açores foi o que registou o incremento mais significativo face ao trimestre anterior: 3,6 p.p., enquanto o da R.A. da Madeira se ficou por 2,8 p.p.

NUTS II	Programação	Fundo aprovado	Despesa	Pagamentos	Indicadores financeiros	
	Financeira	(AP)	validada	(PG)	(Fundo)	
	2014-2020		(VAL)		Taxa de	Taxa de
	(PR)	Fundo Comunitário	Fundo Comunitário	Fundo Comunitário	compromisso	execução
		mil euros	mil euros	mil euros	(AP/PR)	(VAL/PR)
					%	
Portugal 2020	25.856.076	20.154.393	9.157.610	9.685.116	78%	35%
PO Regionais do Continente	7.752.503	4.785.181	1.696.852	1.803.974	62%	22%
PO Norte 2020	3.378.771	2.058.699	775.686	811.601	61%	23%
PO Centro 2020	2.155.031	1.303.201	467.375	501.224	60%	22%
PO Alentejo 2020	1.082.944	692.557	203.684	230.540	64%	19%
PO Lisboa 2020	817.081	533.876	176.645	183.383	65%	22%
PO Algarve 2020	318.676	196.849	73.462	77.226	62%	23%
PO Regiões Autónomas	1.538.707	1.267.362	717.171	731.705	82%	47%
PO Açores 2020	1.137.481	936.701	538.655	540.038	82%	47%
PO Madeira 14-20	401.226	330.662	178.516	191.667	82%	44%

Fonte: Sistema de Monitorização do Portugal 2020

REPORTE TRIMESTRAL

Informação a 31 de março de 2019

Investimentos de Esfera Municipal

Relativamente à concretização dos investimentos de entidades da **esfera municipal**, verifica-se que, em termos acumulados, encontram-se aprovados 6.062 registos de operações correspondendo a um volume de fundo de 2.189 M€.

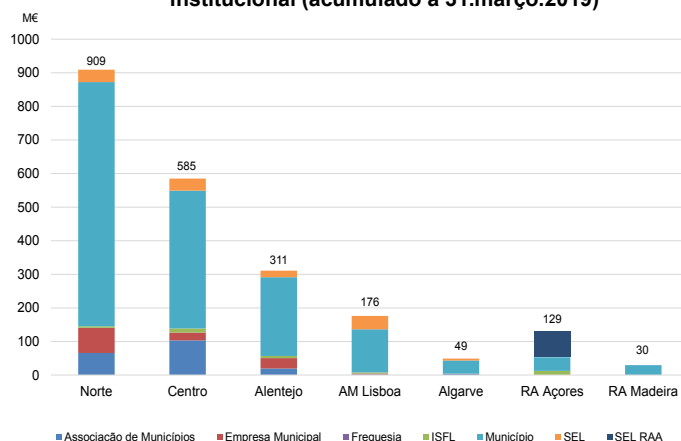
Os municípios mantêm-se como os principais promotores com 74% das operações e com um fundo aprovado de 1.610 M€.

A NUTS II com maior volume de fundo aprovado no âmbito da esfera municipal é o Norte, registando 909 M€ (42% do total de aprovações).

A PI 6.5 (requalificação e ambiente urbano) com 412 M€ continua a ser a PI com maior volume de fundo aprovado, sendo a que regista igualmente o maior número de operações aprovadas (876). Segue-se a PI 6.2, investimentos no setor da água, com um volume de fundo aprovado de 300 M€ e 695 operações.

No 1º trimestre de 2019, as PI 6.5 e 4.5 foram as que registaram maiores volumes de aprovações: 36 M€ e 44 M€, respetivamente.

Esfera Municipal - fundo aprovado por região e setor institucional (acumulado a 31.março.2019)



Fonte: Sistema de Monitorização do Portugal 2020

Incidência Territorial - localização das operações

Até 31 de março de 2019 encontrava-se aprovado um total de 36.125 operações no âmbito dos fundos da Política de Coesão (FEDER, FSE e FC) do Portugal 2020, com um volume total de 16.426 M€ fundo aprovado e 6.876 M€ de fundo validado.

No que concerne à afetação regional dos fundos no conjunto dos **PO Temáticos**, é na região Norte que se concentra o maior volume de compromisso (45%) e de (execução 47%). Seguem-se o Centro (34% e 33%, respetivamente) e o Alentejo com (9%, respetivamente).

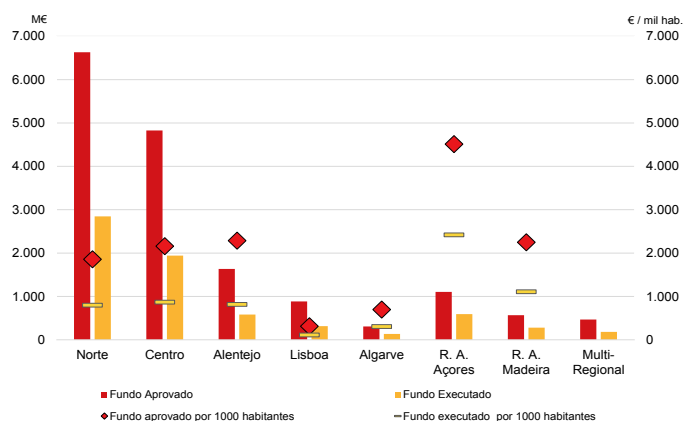
A distribuição regional *per capita* faz salientar a Região Autónoma dos Açores que regista o maior volume de fundo aprovado bem como executado, por mil habitantes.

Distribuição regional dos PO Temáticos dos fundos da Política de Coesão, a 31.março.2019

PO Temáticos/ Regiões	PO CH		PO CI		PO ISE		PO SEUR	
	Fundo Aprovado	Fundo Executado	Fundo Aprovado	Fundo Executado	Fundo Aprovado	Fundo Executado	Fundo Aprovado	Fundo Executado
Portugal	2.811.886	1.641.070	4.373.556	1.580.598	1.623.574	696.065	1.455.231	505.489
Norte	1.474.180	862.387	2.027.799	811.810	720.701	280.694	348.708	114.699
Centro	948.458	559.256	1.701.630	575.310	507.243	210.530	367.206	128.413
Alentejo	273.825	144.126	340.702	99.037	174.148	67.111	154.105	69.125
Lisboa	n.a	n.a	30.159	93	107.469	86.702	213.251	52.617
Algarve	n.a	n.a	0	0	26.553	15.378	83.940	46.348
R. A. Açores	n.a	n.a	72.191	36.029	27.967	17.122	67.150	0
R. A. Madeira	n.a	n.a	0	0	17.307	7.413	220.872	94.287
Multi-Regional	115.423	75.301	201.075	58.319	42.186	11.115	0	0
Não Territorializado	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Sistema de Monitorização do Portugal 2020

Distribuição regional *per capita* dos fundos da Política de Coesão, a 31.março.2019



Fonte: Sistema de Monitorização do Portugal 2020

Nota: O investimento que não é possível imputar apenas a uma região é classificado como Multi-Regional.

REPORTE TRIMESTRAL

Informação a 31 de março de 2019

Instrumentos Territoriais

Compromisso e execução, por instrumento territorial (acumulado a 31.março.2019)

No âmbito dos instrumentos territoriais o número de registos de operações aprovadas a 31 de março de 2019 era de 8.119.

No âmbito dos PDCT encontravam-se aprovadas 2.707 operações como um volume de fundo associado de 628 M€.

Os PEDU, nas suas três vertentes de intervenção, registavam 966 operações aprovadas a que correspondia um montante de 476 M€ de FEDER aprovado e 123 M€ de fundo validado.

Nos DLBC, foram aprovadas 4.004 operações, maioritariamente na vertente rural (3.709). Continua a ser expressiva a preponderância da vertente rural no volume de fundo aprovado, 88%.

O quadro à direita apresenta uma síntese da execução financeira dos instrumentos territoriais por fundo.

Instrumento Territorial/Fundo	Contratado	Fundo Aprovado	Fundo Validado	Pagamentos
PDCT	1.154.076	628.258	175.011	182.344
FEDER	676.837	426.614	134.731	135.634
FSE	413.640	146.556	32.878	39.446
FC	13.532	12.190	6.219	6.091
FEADER	50.067	42.898	1.183	1.174
PEDU	758.785	476.381	123.059	118.055
FEDER	758.785	476.381	123.059	118.055
PARU	195.955	136.047	49.320	49.081
FEDER	195.955	136.047	49.320	49.081
DLBC	306.377	85.545	16.493	17.803
Costeiro	39.364	8.605	1.140	1.216
FEDER	6.535	1.559	77	149
FSE	7.829	298	0	4
FEAMP	25.000	6.748	1.064	1.064
Rural	242.265	75.202	15.256	16.441
FEDER	55.037	24.460	3.457	4.682
FSE	57.225	5.079	106	150
FEADER	130.003	45.664	11.693	11.609
Urbano	24.748	1.738	97	146
FEDER	8.564	1.435	91	135
FSE	16.184	303	6	11

Fonte: Sistema de Monitorização do Portugal 2020.

Instrumento Financeiro de Reabilitação e Revitalização Urbana—IFRRU 2020

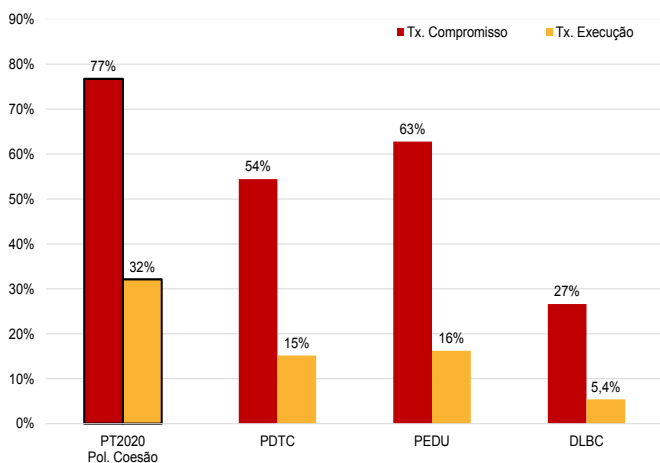
O IFRRU é um instrumento financeiro que conjuga fundos europeus do PT 2020, empréstimos do BEI e CEB e da banca comercial. Atualmente regista um total de 71 projetos com um investimento total de 268 M€.

O quadro apresenta a informação financeira relativamente aos projetos de **reabilitação urbana** em que os POR do Continente surgem como financiadores. Algumas destas operações são simultaneamente financiadas pelo PO SEUR na componente de eficiência energética (não refletida no quadro).

Financiador	N.º de projetos de reabilitação urbana	Fundo Aprovado
POR Norte	10	1.947.662
POR Centro	10	3.449.908
POR Lisboa	5	2.402.378
POR Alentejo	3	2.078.983
POR Algarve	3	2.587.363
Total	31	12.466.294

Fonte: IFRRU 2020 (dados a 31 de dezembro 2018).

Taxa de compromisso e de execução, por instrumento territorial (acumulado a 31.março.2019)



Fonte: Sistema de Monitorização do Portugal 2020.

No gráfico à esquerda pode observar-se as taxas de compromisso e de execução dos principais instrumentos territoriais em comparação com o Portugal 2020, na vertente Política de Coesão.

No 1.º trimestre de 2019, os PEDU continuavam a ser o instrumento territorial que registava a maior taxa de compromisso (63%). Ainda assim estes valores encontram-se 14 p.p. abaixo da taxa de compromisso para a totalidade dos fundos da Política de Coesão.

Os PDCT apresentavam uma taxa de compromisso de 54% e os DLBC uma taxa de 28% (+8 p.p.).

Os PEDU mantiveram-se como o instrumento territorial com a taxa de execução mais elevada (16%), embora abaixo dos 32% do PT2020 na componente Política de Coesão.

Ao nível dos DLBC, a execução continua a ser pouco expressiva (5,4%).

Os instrumentos territoriais apresentam ainda taxas de compromisso e de execução reduzidas face ao conjunto dos fundos da Política de Coesão.

REPORTE TRIMESTRAL

Informação a 31 de março de 2019

Síntese dos Instrumentos Territoriais

A 31 de março de 2019, no âmbito dos instrumentos com incidência territorial (PDCT, PEDU, PARU e DLBC), contabilizavam-se 8.119 registos de aprovações. O fundo comprometido era 1.326 M€, a execução 364 M€ e o volume de pagamentos 367 M€. A taxa de execução mais alta, para o conjunto dos instrumentos analisados registava-se no Alentejo (44%). O instrumento com a taxa de compromisso mais elevada continuou a ser os PARU, com 69%. No âmbito dos PDCT o volume total de fundo aprovado é de 628 M€ e nos PEDU de 476 M€.

Os PDCT foram o instrumento territorial que tiveram maior número de registos aprovados face ao trimestre anterior (430). De referir ainda que os PEDU no Alentejo registaram os maiores aumentos trimestrais da taxa de compromisso (14 p.p.). No caso dos DLBC no Lisboa foi a vertente costeira a que mais se evidenciou (+23 p.p. que no trimestre anterior).

O quadro seguinte apresenta a distribuição dos fundos (à data de 31 de março de 2019) por Região e por Instrumento Territorial.

Instrumento Territorial / Fundo	Programação Financeira 2014-2020 (PR)		Aprovações (AP)				Despesa validada (VAL)	Pagamentos aos beneficiários (PG)	Indicadores financeiros (Fundo)			
	Nº	Fundo Comunitário	Nº de Registos	Investimento/ custo total	Investimento/ custo total elegível	Fundo Comunitário	Fundo Comunitário	Fundo Comunitário	Taxa de compromisso (AP / PR)	Taxa de execução (VAL / PR)	Taxa de pagamento (PG / AP)	Taxa de reembolso (PG / VAL)
		mil euros		mil euros			mil euros	mil euros	%			
Portugal 2020	n.a.	25.856.076	327.893	32.963.869	29.715.667	20.154.393	9.157.610	9.685.116	78%	35%	48%	106%
TOTAL - IT	380	2.415.194	8.119	2.194.775	1.765.107	1.326.232	363.883	367.282	54,9%	15,1%	27,7%	101%
PDCT	22	1.154.076	2.707	987.716	816.586	628.258	175.011	182.344	54,4%	15,2%	29,0%	104%
PEDU	105	758.785	966	774.395	603.836	476.381	123.059	118.055	62,8%	16,2%	24,8%	96%
PARU	170	195.955	442	199.755	161.636	136.047	49.320	49.081	69,4%	25,2%	36,1%	100%
DLBC	83	306.377	4.004	232.909	183.049	85.545	16.493	17.803	27,9%	5,4%	20,8%	108%
NORTE - IT	n.a	1.107.884	2.886	1.022.842	806.719	658.575	170.628	165.768	59,4%	15,4%	25,2%	97%
PDCT	8	545.387	1.020	426.134	360.328	299.646	84.371	86.489	54,9%	15,5%	28,9%	103%
PEDU	29	372.494	430	422.624	309.247	262.155	60.860	55.651	70,4%	16,3%	21,2%	91%
PARU	57	92.473	227	107.026	86.547	73.564	21.640	20.015	79,6%	23,4%	27,2%	92%
DLBC	21	97.530	1.209	67.058	50.597	23.210	3.756	3.613	23,8%	3,9%	15,6%	96%
Costeiro	2	9.543	2	416	416	177	111	111	1,9%	1,2%	62,7%	100%
Rural	16	77.487	1.196	66.139	49.738	22.828	3.646	3.502	29,5%	4,7%	15,3%	96%
Urbano	3	10.500	11	503	443	205	0	0	2,0%	0,0%	0,1%	#DIV/0!
CENTRO - IT	n.a	738.066	2.340	552.220	457.441	352.926	97.133	100.691	47,8%	13,2%	28,5%	104%
PDCT	8	354.252	826	293.435	238.422	186.930	45.310	48.981	52,8%	12,8%	26,2%	108%
PEDU	32	210.167	166	133.055	115.710	98.354	29.620	28.769	46,8%	14,1%	29,3%	97%
PARU	68	73.846	127	55.735	48.411	41.150	17.172	17.489	55,7%	23,3%	42,5%	102%
DLBC	28	99.800	1.221	69.995	54.897	26.493	5.032	5.451	26,5%	5,0%	20,6%	108,3%
Costeiro	5	14.548	95	5.476	5.248	3.425	246	279	23,5%	1,7%	8,2%	113,6%
Rural	23	85.252	1.126	64.519	49.649	23.068	4.786	5.172	27,1%	5,6%	22,4%	108,1%
ALENTEJO - IT	n.a	363.592	1.986	338.861	284.842	206.829	63.044	68.810	56,9%	17,3%	33,3%	109%
PDCT	5	165.137	693	165.018	138.398	101.452	29.687	31.599	61,4%	18,0%	31,1%	106%
PEDU	26	111.124	167	85.795	76.371	64.619	18.853	20.947	58,2%	17,0%	32,4%	111%
PARU	32	21.091	57	26.893	20.385	17.243	9.267	10.231	81,8%	43,9%	59,3%	110%
DLBC	11	66.240	1.069	61.155	49.689	23.515	5.237	6.033	35,5%	7,9%	25,7%	115%
Costeiro	1	3.776	18	1.697	1.667	958	131	132	25,4%	3,5%	13,7%	100%
Rural	10	62.464	1.051	59.458	48.022	22.557	5.106	5.902	36,1%	8,2%	26,2%	116%
A.M. LISBOA - IT	n.a	176.832	687	256.379	197.879	98.229	30.476	29.197	55,5%	17,2%	29,7%	96%
PDCT	1	89.300	168	103.129	79.438	40.230	15.643	15.275	45,1%	17,5%	38,0%	98%
PEDU	18	65.000	203	132.921	102.508	51.254	13.726	12.687	78,9%	21,1%	24,8%	92%
DLBC	14	22.532	316	20.329	15.934	6.745	1.107	1.235	29,9%	4,9%	18,3%	112%
Costeiro	2	5.306	47	4.062	3.885	1.987	290	320	37,4%	5,5%	16,1%	110%
Rural	2	6.783	184	12.595	9.117	3.400	751	812	50,1%	11,1%	23,9%	108%
Urbano	10	10.443	85	3.672	2.932	1.358	66	102	13,0%	0,6%	7,5%	154%
ALGARVE - IT	n.a	28.820	220	24.473	18.225	9.672	2.601	2.816	33,6%	9,0%	29,1%	108%
PARU	13	8.545	31	10.101	6.292	4.090	1.241	1.345	47,9%	14,5%	32,9%	108%
DLBC	9	20.276	189	14.372	11.932	5.582	1.361	1.470	27,5%	6,7%	26,3%	108%
Costeiro	2	6.191	26	4.739	4.686	2.058	362	374	33,2%	5,9%	18,2%	103%
Rural	3	10.280	152	9.019	6.859	3.349	968	1.052	32,6%	9,4%	31,4%	109%
Urbano	4	3.805	11	614	387	175	31	44	4,6%	0,8%	25,0%	143%